Pandemia, gênero e educação musical: reflexões sobre um currículo inclusivo e para o acolhimento

Karin Peres Verthein[1]

Elizabeth Mendonça Dau[2]

Rogério Barroso Lopes[3]

Categoria: Comunicação

Resumo: Diante da tragédia que se abateu sobre a população mundial a partir de 2020 com a pandemia do coronavírus, o Grupo de Pesquisa Práticas Musicais e Cotidiano Escolar (GPPMUCE) - formado por professoras(es) de educação musical do Colégio Pedro II/RJ - promoveu um exercício para o acolhimento. Por meio de narrativas pessoais compartilhadas remotamente, as(os) participantes relataram suas vivências e experiências com a pandemia. Esse artigo se propõe a fazer um recorte de gênero nessas narrativas, visibilizando as histórias e discutindo as condições de vida de diferentes mulheres da classe trabalhadora. O objetivo, portanto, é debater questões de gênero na pandemia e fora dela, refletindo e questionando sobre como a educação e a educação musical podem contemplar esses temas, contribuindo com a construção de um currículo inclusivo e para o acolhimento.

Palavras-chave: Pandemia. Gênero. Educação Musical.

Title: Pandemics, gender and music education: reflections on an inclusive and welcoming curriculum

Abstract: In the face of the tragedy that has befallen the world population starting in 2020 with the coronavirus pandemic, the Research Group Musical Practices and School Daily Life (GPPMUCE) - formed by music teachers from Colégio Pedro II/RJ - promoted an exercise of mutual welcoming. Through personal narratives shared remotely, the participants reported their experiences with the pandemic. This article proposes to approach gender issues in these narratives, discussing the living conditions of different working-class women and making their stories visible. The goal, therefore, is to discuss the theme of gender in and out the pandemic, reflecting and questioning about how education and music education can contemplate these issues, contributing to the construction of an inclusive and welcoming curriculum.

Keywords: Pandemics. Gender. Music Education.

[1] Graduada em Licenciatura em Música, Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro - UNIRIO, Colégio Pedro II, karinverthein@gmail.com.

[2] Especialista em Educação Musical, Conservatório Brasileiro de Música, Colégio Pedro II, bethdau@gmail.com.

[3] Doutorando em Teoria e Prática da Interpretação Musical, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Colégio Pedro II, lopes.rogerius@gmail.com.

Introdução

No início do ano de 2020, a necessidade do isolamento social imposta pela pandemia do coronavírus interrompeu atividades acadêmicas, laborais e de sociabilidade no Brasil. O momento inicial da elaboração desse artigo se dá nesse contexto, em agosto desse ano, quando o número de mortos pela pandemia atingia a marca de mais de 114 mil pessoas.

Essa realidade bárbara se refletiu na educação brasileira, afetando diretamente os cotidianos escolares e impondo às(aos) profissionais da educação uma intensa busca por alternativas para o trabalho nesse novo contexto. Já nos primeiros encontros virtuais realizados após a suspensão das atividades presenciais, muitas incertezas e questionamentos nasciam. A ideia desse artigo surge diante dessa crise e da necessidade de se fazer uma pesquisa mais profunda com relação à nova forma de vida imposta pela pandemia, pensando como essa realidade se relaciona com a educação e a educação musical.

Voltar ao trabalho, agora remoto, exigiu um compartilhamento mais intenso de questões pessoais que antes não eram tão visibilizadas. A percepção das múltiplas realidades pandêmicas - nossas, das pessoas do nosso entorno, das(os) nossas(os) colegas de trabalho e das(os) estudantes - nos motivou a buscar um caminho para o exercício do acolhimento. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Práticas Musicais e Cotidiano Escolar (GPPMUCE) - formado desde 2017 por professoras(es) de educação musical do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro/RJ – promoveu o compartilhamento entre as(os) participantes de textos com relatos pessoais sobre as experiências vividas nesse contexto. Narrativas em primeira pessoa que pudessem visibilizar percepções, sentimentos e situações desses diversos cotidianos na pandemia. O processo de elaboração dos relatos se deu a partir de um documento escrito e compartilhado remotamente, com o qual as(os) integrantes do grupo se disponibilizaram a contribuir, como demonstram os trechos a seguir:

> Como mãe sozinha, parei de escrever algumas horas as narrativas porque chegou a hora de fazer almoço, ouvir os deveres da filha, depois arrumar a cozinha, cuidar do chão inundado porque o ralo entupiu, buscar uns documentos pra um processo contra o banco, receber minha mãe com um

> lanchinho porque ela veio trazer umas compras, arrumar as compras, fazer terapia, tomar um banho. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 1).[4]
>
> Já havia exposto meu medo desta auto-etnografia pelo que ela poderia me expor e a meus entes mais queridos, minha família. Acabei convencido de que escrever sobre as chagas expostas das minhas graves deficiências poderiam apontar uma forma de problematizá-las e buscar alguma melhora. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 3).

Os relatos demonstraram como as mulheres, sejam as autoras ou as que fazem parte das vidas das(os) integrantes do grupo, vivenciam esse cotidiano atravessadas pelas desigualdades e opressões existentes. Dessa forma, entendendo a importância de visibilizarmos essas histórias, decidimos fazer um recorte de gênero nas narrativas. Este artigo, portanto, debate as vivências e experiências das mulheres presentes nas narrativas do GPPMUCE para refletir sobre o seguinte questionamento: como a educação e a educação musical podem contemplar em seus currículos as condições de vida das diferentes mulheres da classe trabalhadora na pandemia e mesmo fora dela?

Entendemos o uso das narrativas pessoais nesse artigo não de modo individualizado apenas, mas em prol de um bem comum, dos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, das comunidades indígenas, negras, periféricas que ainda não estão representadas(os) ou contempladas(os) dignamente pelos estudos e ações em música (NOGUEIRA & ROSA 2015). É nessa perspectiva, portanto, que o GPPMUCE vem desenvolvendo suas pesquisas e ações voltadas para o cotidiano escolar.

Como base desse artigo, utilizaremos, portanto, as narrativas escritas e compartilhadas pelas(os) participantes do grupo de pesquisa e dialogaremos com os textos de DAVIS (2016), FREIRE (2021), hooks (2017, 2018), LUCAS (2016), MELO (2019), NOGUEIRA & ROSA (2015), PENNA (2018), ROSA et al (2014), TOLEDO (2017) e ZERBINATTI et al (2018) . Lançaremos mão, também, de dados de pesquisas referentes à pandemia divulgados por meios de comunicação.

1 As mulheres nas narrativas do GPPMUCE e suas diferentes realidades.

Nos debates travados pelo grupo de pesquisa durante esse processo, avaliamos que algumas situações relatadas sobre e por mulheres nas narrativas deveriam ser

[4] As narrativas compartilhadas pelas(os) integrantes do GPPMUCE em 2020 serviram de estímulo para que, a partir delas, se produzissem textos acadêmicos.

visibilizadas com prioridade já que, embora as opressões se relacionem de forma sistemática, elas se diferenciam em essência e em brutalidade (DAVIS 2016).

Dados divulgados pelo IBGE demonstram como as consequências da pandemia atingem de forma particular os diferentes grupos sociais. Negras e negros, parcela fortemente dependente da informalidade, são as(os) mais afetadas(os) pela doença ou pela morte causadas pelo coronavírus (SOARES 2020). Estabelecendo um recorte de gênero, os sintomas da COVID-19 tendem a se manifestar em maior quantidade em mulheres, que são "chefes de família" da maior parte dos lares brasileiros. Já sobre os efeitos do confinamento imposto pela COVID-19, a situação da violência doméstica se tornou ainda mais crítica no país que atualmente ocupa o 5° lugar no ranking mundial de violência contra as mulheres (CNN BRASIL 2020). Essa realidade de vulnerabilidade social de mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, negras e negros, também é observada e, portanto, descrita pelas(os) integrantes do grupo em seus relatos:

> Z. de 71 é diarista na casa dos meus pais há quase 30 anos. Negra, idosa, mora sozinha numa favela. Tem sobrevivido com a sua aposentadoria e auxílios financeiros de algumas pessoas. O pastor da igreja manda ela seguir o presidente mas ela não caiu no conto da gripezinha. Seu filho A. é graduado em engenharia mas está trabalhando no Uber, e não ganha o suficiente para pagar a dívida da faculdade. Ano passado um dos netos de Z. foi brutalmente assassinado pela polícia militar. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 2).

Nesse contexto em que mulheres estão ainda mais expostas a situações de vulnerabilidade, nos questionamos e refletimos sobre que outros tipos de violências machistas se intensificam nesse período. Sentir e viver a pandemia, reconhecendo que as experiências com ela são diversas, é uma reflexão compartilhada pelas(os) integrantes do GPPMUCE:

> A desigualdade estrutural se desnuda a cada momento dos meus dias e impõe sua presença. Fica difícil até sofrer. Tenho casa, comida, emprego, salário. Olho pro lado, por exemplo a M., senhora, trabalhadora da limpeza demitida, querida, mulher negra, guerreira, serena, chefe de família, agora desempregada, e não sei o que pensar nem o que fazer. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 1).

Nesse sentido, entendemos que é fundamental reconhecer que não existe uma mulher, e sim várias. A combinação entre as múltiplas opressões existentes e a exploração

da mão de obra no capitalismo submete as mulheres a violências diversas. Davis contribui com essa reflexão ao descrever como, nos Estados Unidos, os vestígios da escravidão impactaram a vida laboral das mulheres negras por muito tempo, mesmo após a abolição. Com o fim da escravidão, grande parte delas foi obrigada a trabalhar no "serviço doméstico" em condições tão ou mais precárias do que as existentes no período escravocrata. A situação dessas trabalhadoras que exercem um trabalho degradante e nada gratificante reforça ainda que "a definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista." (DAVIS, 2016, p. 102).

O racismo estrutural discutido acima também está presente no cotidiano escolar, revelando que a experiência de meninas(os) negras(os) com a opressão racial ocorre desde muito cedo. Nesse contexto, também são expressas diversas e potentes formas de luta por reparações, que evidenciam a importância dos avanços conquistados na sociedade pelos movimentos antirracistas históricos e contemporâneos. Enquanto professoras(es), nos deparamos com essa realidade e nos questionamos sobre como exercer uma educação e uma educação musical antirracistas. Nesse sentido, integrantes do GPPMUCE compartilharam em seus relatos pandêmicos algumas observações:

> Na primeira e única aula [presencial] do 6o ano, ao vermos um vídeo sobre as Ganhadeiras de Itapuã,(...) alguns alunos brancos riem e uma menina negra fala "por que vocês estão rindo? Essa é a nossa história." Ela foi ouvida, e eles ficaram constrangidos tentando se justificar. Eu reforço o que a aluna disse e seguimos o filme. A cena fala por si só. Talvez se fosse essa cena há dez anos atrás a menina não teria impulso de defender a cor da sua pele e se reconhecer como parte importante da história do Brasil ou eu não teria dado atenção ao acontecido. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 4)

Outras realidades de mulheres surgem nos narrativas: a de mulheres brancas, mães, servidoras públicas, com estabilidade e salários acima da média brasileira. Entendemos que é importante debater a situação dessas mulheres na pandemia pois avaliamos que, embora tenham conquistado mais direitos em relação a salários e cargos como resultado de protestos feministas, isso não eliminou completamente a discriminação por gênero (hooks 2018).

Ser mãe nessa sociedade significa, com muita frequência, uma imensa sobrecarga de trabalho que inclui, além dos afazeres profissionais e domésticos, constantes tomadas

de decisões necessárias para a criação dos filhos. Esse excesso de responsabilidade vem exaurindo e adoecendo as mulheres que precisam, ainda, acumular forças para lutar contra o machismo em seus cotidianos. Algumas dessas vivências aparecem nas narrativas do GPPMUCE e foram relatadas nos trechos a seguir:

> Meu pai de 76: cozinhar, arrumar, lavar, levar, socorrer, educar, levar esporro, gritar. Meu filho de 5: cozinhar, arrumar, lavar, levar, socorrer, educar, levar esporro, gritar (brincar de fazer cosquinha). (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 2).

> Minha esposa é professora universitária. Para os padrões de salário da categoria, está muito acima da média. Muito, muito trabalho. Antidepressivos. Trabalhar em "home office" não arrefeceu em nada esse ritmo de trabalho, pelo contrário [...]. E mais o habitual "segundo turno" de cuidar da educação dos filhos, checar se o marido razoavelmente presente (mas nem tanto) não se esqueceu de algum detalhe crucial como pagar uma conta, se os filhos estudaram adequadamente… (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 3)

> Medo, revolta, escapismo. Desespero ao ver a foto do BRT lotado no primeiro dia de abertura da cidade. No mesmo dia, na reunião do colégio que pautava a possibilidade do retorno presencial, escutei do macho-régua a reclamação de que "as falas estão muito catárticas". (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 2)

Ainda sobre as desigualdades de gênero no ambiente privado e suas diversas formas de manifestação, a narrativa a seguir demonstra como a naturalização dos papéis tradicionais de gênero já está presente na criação de meninos e meninas, gerando efeitos nefastos na vida de homens e mulheres adultos:

> Grande parte das respostas a estes questionamentos têm sua origem numa ideia que pode ser tomada como inconsciente (por uma questão de vergonha ou de hipocrisia): a de que "eu não fui feito pra isso". Nunca fui instado a fazer trabalhos domésticos de maneira regular e efetiva enquanto vivi debaixo do teto dos meus pais. Vivi o personagem do malucão, o "hippie" avoado, em toda sua intensidade. A crença naïf de que "eu entendo a minha bagunça" só serviu pra alimentar uma leniência que pode ser citada como uma espécie de afirmação do machismo. Já que eu não arrumo, alguém cedo ou tarde vai arrumar, certo? Alguém disse mães, empregadas? [...] A pandemia escancarou o meu machismo estrutural no que ele tem de mais perverso, quando homens nunca dão conta do que mulheres têm dado conta desde sempre e são (ainda assim) elogiados. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 3).

Refletindo sobre as instituições de ensino e os espaços de produção acadêmica, percebemos que mulheres vêm acumulando funções não remuneradas e de manutenção das condições básicas para a produtividade. Nesse sentido, Melo (2019) discute que essa lógica frequentemente se reproduz pela divisão de tarefas em que organização e cuidados são destinados às mulheres, enquanto homens assumem confortavelmente que não são capazes de gerir até suas próprias vidas acadêmicas e demais processos burocráticos, fundamentais para a existência de qualquer pesquisa.

Entendemos, portanto, que perceber, visibilizar e debater as vivências de mulheres é fundamental para pensarmos a educação e a educação musical nesse contexto pandêmico e mesmo fora dele. Entendemos que, em nossos papéis como educadoras(es), devemos buscar acolher as múltiplas experiências de vida existentes na comunidade escolar, valorizando esses saberes. Nesse processo, percebemos que a situação de emergência imposta pela pandemia impõe demandas à escola que se sobrepõem a estruturas curriculares vigentes. Nesse sentido, avaliamos, por fim, que a educação deve cumprir um papel dialógico, sendo representativa das(os) sujeitas(os) que a compõem, e que considere, também, as tragédias humanas. Essas atitudes devem ser permanentes na construção de um currículo e de um cotidiano escolar inclusivos e acolhedores.

2 Educação Brasileira: sujeitos ou objetos?

> O que queremos tanto assegurar em um mundo que não seguramos mais nas mãos? O currículo pandêmico dança e pula livre em cima da mesa! Chuta mochilas, cadernos, põe a língua pra fora, joga apagadores, partituras e cansa de seguir contando histórias de uma só música. (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 5).

Paulo Freire nos convida a refletir sobre como a educação no contexto brasileiro, com todas as suas particularidades políticas e sociais, pode contribuir tanto para a manutenção da alienação humana quanto para sua emancipação enquanto sujeito de sua própria História. O autor destaca que o processo de colonização ao qual é, ainda hoje, submetido o Brasil, tem como efeito o desconhecimento, por parte da população, de seu processo constitutivo enquanto ser histórico, político e social. Esse fenômeno é denominado por Freire como “alienação cultural” que, em seu entendimento, tem como consequência a reprodução de ideologias que hierarquizam saberes e conhecimentos,

posicionando determinadas culturas em nível superior a outras. Para o autor, esse é o grande dilema do sistema educacional de países colonizados e defende, portanto, que "a educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação, [...] uma educação para a liberdade" (FREIRE, 2021, p. 52).

Nesse sentido, as(os) integrantes do grupo de pesquisa refletiram sobre como a educação de uma forma geral, e também a educação musical, devem dialogar de forma permanente com a realidade. Do lugar de educadoras(es) que ocupamos, temos percebido ao longo de nossas discussões que grande parte de nossa história enquanto povo não é contemplada nos materiais didáticos de educação musical em geral e nem no próprio programa institucional do Colégio Pedro II - ao menos não da forma que acreditamos que deveria ser. Temos nos debruçado sobre a história da música de uma parte da Europa como se ela fosse universal e única, mergulhando na vida e na obra de homens brancos europeus de séculos passados com tamanha profundidade, que nos tem sobrado pouco tempo em nossos planos de curso para incluir outros conhecimentos. Entendemos, por exemplo, que as produções de mulheres brasileiras e latino-americanas, intelectuais e musicistas, são igualmente importantes para a nossa formação e de nossas(os) estudantes, porém seguem sendo diminuídas e, muitas vezes, invisibilizadas pela ideologia dominante que se faz presente na educação. Também é imprescindível ouvir e valorizar as vozes e experiências das(os) estudantes, suas bagagens e histórias, em especial das classes populares, negras e negros, LGBTQIA+ e indígenas. Essas reflexões são expressas pelas(os) integrantes do GPPMUCE em suas narrativas:

> "O primeiro livro que li na quarentena foi "Becos da Memória", de Conceição Evaristo. Maria Nova quer um dia contar as histórias de solidariedade, sabedoria, amor, injustiça, vida e morte da sua favela. Sua favela está prestes a ser removida. Onde estão as histórias de Maria Nova nas apostilas de música?" (NARRATIVAS GPPMUCE, 2020, p. 2).

Em acordo com Lucas (2016), acreditamos que o conceito de "música" naturalizado por grande parte das instituições escolares, com aspectos supostamente universais e marcados por uma cultura única e dominante, relativiza suas reais pretensões de superioridade cultural. Nesse processo, a autora discute que um dos grandes desafios para a promoção de um ensino de música pautado no respeito interétnico é fazer com que culturas musicais tradicionalmente excluídas dialoguem em

pé de igualdade com as dominantes, sem que sejam moldadas e redefinidas a partir das referências de quem domina. Para que esse diálogo se concretize, contudo, há que se considerar que essas experiências musicais são pautadas por outras lógicas conceituais e perceptivas.

É importante pontuar, porém, que construir uma sala de aula inclusiva é um grande desafio para nós professoras(es), já que, em grande parte, fomos formadas(os) para reproduzir um estilo de ensino que reflete a noção de uma única norma de pensamento. Ao fazer essa discussão, hooks (2017) critica a forma como crianças negras foram escolarizadas nos Estados Unidos após a dessegregação, e denuncia que, nos contextos educacionais, eram entendidas como objetos e não como sujeitos.

Nesse sentido pensamos a educação musical e trazemos a discussão de Penna (2018) sobre o desafio de pensar um currículo que busque o acolhimento da diversidade cultural presente na sociedade. A autora defende que é imprescindível abarcar a diversidade de manifestações musicais presentes na sala de aula, estabelecendo o diálogo, a troca de experiências e valorizando as vivências das(os) estudantes. Para isso, é importante, enquanto educadoras(es) nos libertarmos dos nossos padrões pessoais, dos nossos próprios gostos e de não nos limitarmos às indicações de livros didáticos. Penna ressalta, ainda, que nesse percurso não há uma receita pronta, mas defende que a constante discussão e reflexão são indispensáveis para questionarmos os padrões de nossas próprias práticas e construir alternativas.

Conforme debatido acima, muitos são os desafios para a construção de uma sala de aula inclusiva e acolhedora, em que as(os) sujeitas(os) presentes na escola se reconheçam nesse espaço. Como podemos promover novas práticas que buscam alterar sólidas estruturas sociais e educacionais? Como construir uma escola e uma educação musical que contemple as diversas mulheres?

Os diálogos com as(os) autoras(es) podem nos ajudar nesse sentido.

4 Alguns caminhos possíveis para a construção de uma sala de aula inclusiva e acolhedora

Ao longo da elaboração desse artigo, nos deparamos com lacunas no que tange ao debate sobre educação musical e gênero, incluindo a questão da presença do tema nos currículos institucionais de educação musical. É importante destacar que essas lacunas

também ocorrem no âmbito da produção musical de mulheres. Nesse sentido, em acordo com Rosa (2014) a respeito do mapeamento da produção de conhecimentos musicais que abordam mulheres no Brasil, entendemos que a seguinte pergunta nos motiva: "o que (não) se produz sobre mulheres e música no Brasil?" (ROSA et al, 2014, p.2). Entendendo que esse campo se encontra atualmente em um processo de emergência, reconhecemos que é importante o esforço constante de mapeamento de livros e de pesquisas que enfocam mulheres, feminismos, gênero e música no país, já que este é um "campo de conhecimento marginal e marginalizado" (ZERBINATTI et al, 2018, p. 2).

No percurso para pensar a produção, reprodução e difusão de reflexões e conhecimentos sobre os temas acima destacados, contribuindo então para a construção de um outro sistema educacional, entendemos que também é preciso, enquanto docentes, enfrentarmos nossos próprios temores. Nesse sentido, acreditamos que um caminho possível para esse enfrentamento seja a criação de redes de apoio entre as(os) colegas e de locais de formação que busquem educar o corpo docente para a consciência crítica e para a confrontação construtiva, onde as(os) professoras(es) tenham a oportunidade de se expressar e, ao mesmo tempo, criar estratégias para abordar a diversidade na sala de aula e no currículo (hooks 2017).

Ainda dialogamos com hooks para pensar a sala de aula acolhedora e inclusiva. Trabalhando com uma pedagogia crítica baseada nos ensinamentos de Freire, a autora pensa esse espaço como uma "comunidade", ou seja, um lugar em que deve ser construído um ambiente de abertura e rigor intelectual, alimentado pela ideia de um compromisso partilhado e de um bem comum que une as(os) sujeitas(os) presentes. Nas suas experiências docentes, a autora observa ainda que "um dos jeitos de construir a comunidade na sala de aula é reconhecer o valor de cada voz individual" (hooks, 2017, p. 57 e 58).

Para pensar a construção de um outro currículo, acreditamos que é importante estabelecermos debates políticos constantes e abertos no contexto escolar, levando sempre em consideração que nenhuma educação é politicamente neutra. É fundamental destacar que a escolha do que ensinar e de como ensinar é sempre uma decisão política, que reflete uma determinada visão de mundo (hooks 2017).

Sobre as tarefas de manutenção da vida, precisamos reconhecer que elas são humanas por excelência. Nesse sentido, se faz necessária a reflexão sobre os ambientes acadêmicos para que, com reorganizações mais justas e divisões mais igualitárias, se

possa fomentar a publicação de mulheres e de outros grupos subalternizados (MELLO 2019).

Entendemos, por fim, que as lutas por igualdade e pelo fim da discriminação racial e entre os gêneros não devem perder de vista a ruptura definitiva com a ordem econômica vigente e com a exploração da classe trabalhadora (TOLEDO 2017).

CONCLUSÃO

A elaboração deste artigo surge a partir das narrativas do GPPMUCE, que se constituíram no compartilhamento dos sentimentos e experiências pessoais vividas pelas(os) integrantes do grupo em 2020. Para as(o) autoras(or) deste artigo, as questões de gênero em determinados âmbitos da sociedade, com destaque para as experiências de diferentes mulheres na pandemia, e a discussão sobre o cotidiano e os currículos escolares guiaram essa escrita. Nesse sentido, a proposta é promover o debate sobre a relação entre a educação e a educação musical com as opressões vividas pelas mulheres, tanto no contexto pandêmico quanto fora dele. Acreditamos que incluir as condições de vida das difentes mulheres e grupos sociais nos currículos escolares pode contribuir com a construção de uma educação e uma educação musical antimachistas, antirracistas e com consciência de classe.

Durante a elaboração das narrativas, aprofundamos o entendimento de que as desigualdades que se apresentam na sociedade se acentuaram na pandemia e, com isso, não poderíamos deixar de considerá-las. Nesse sentido, diante de uma crise sanitária sem precedentes no Brasil, debatemos a necessidade de revermos nossas práticas no contexto escolar e de repensar algumas premissas de currículos de educação musical.

Entendemos que a música e o mundo possuem uma relação dialética: uma muda e interfere na outra. Ao longo de nossa experiência enquanto educadoras(es) musicais, percebemos e assumimos que nossa área de conhecimento está intrinsecamente relacionada às experiências de vida, nossas e de nossas(os) estudantes. Embora desafiante muitas vezes, temos buscado manter o diálogo entre professoras(es) e estudantes em sala de aula, tentando garantir a presença das vozes individuais e convidando a diferença e o acolhimento a adentrar nossos espaços de troca de conhecimentos. Nesse sentido, entendemos que a experiência das narrativas compartilhadas pelo GPPMUCE sobre a pandemia contribui também para o exercício do

diálogo entre docentes, através da criação de redes de apoio e de aprendizados constantes, fundamentais para a construção de uma educação inclusiva.

Estamos vivenciando atualmente um verdadeiro assalto à democracia pelos políticos brasileiros, com o forte avanço da agenda liberal e o avanço do conservadorismo e do negacionismo. Esse quadro vem aprofundando rapidamente a perda de direitos das(os) trabalhadoras(es), mulheres, negras e negros, povos indígenas, comunidade LGBTQIA+, imigrantes, crianças, idosos, pessoas com deficiência e necessidades específicas e demais grupos historicamente oprimidos no Brasil. A pandemia agrava essa situação e, como consequência dessas políticas, no momento do fechamento deste artigo, em outubro de 2021, 602 mil brasileiras(os) perderam a sua vida para a COVID-19. Nesse contexto, reconhecemos e valorizamos a educação pública brasileira como um campo de luta histórica pelos direitos do povo e nos juntamos a essas vozes pois, mais do que nunca, é preciso fortalecer a educação pública, gratuita, laica, crítica e inclusiva.

Referências

CNN BRASIL**, Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil.** 2020. Disponível em: **https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil/**. Acesso em: 14 out 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

_____**O Feminismo é Para Todo Mundo.** 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

LUCAS, Glaura; QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; PRASS, Luciana; RIBEIRO, Fábio Henrique; AREDES, Rubens de Oliveira. Culturas Musicais Afro-Brasileiras: perspectivas para concepções e práticas etnoeducativas em Música. In: LUHNING, Angela & TUGNY, Rosângela Pereira de (Org.). **Etnomusicologia no Brasil**. Salvador, BA. Editora UFBA, 2017. Pags: 1-29.

MELO, Rebeca Furtado de. **Sobre gratidão e abundância: algumas palavras acerca do trabalho de e entre mulheres.** Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia: V.8 | N.2 2019. Pags: 11 a 19. 2019.

NARRATIVAS GPPMUCE. Arquivos do Grupo de Pesquisa Práticas Musicais e Cotidiano Escolar (GPPMUCE). 2020.

NOGUEIRA, Isabel; ROSA, Laila. **O que nos move, o que nos dobra, o que nos instiga: notas sobre epistemologias feministas, processos criativos, educação e possibilidades transgressoras em música.** Revista Vórtex, Curitiba, v.3, n.2, 2015.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu Ensino.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2018.

ROSA, Laila et al. **Rompendo com os silenciamentos: cantando gênero, raça e sexualidade na produção de conhecimento sobre mulheres e música no Brasil.** ENECULT Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador, 2014.

SOARES, João. **Mulheres e negros são os mais afetados pela COVID-19 no Brasil, aponta IBGE**. 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/deutsche-welle/2020/07/24/mulheres-e-negros-sao-os-mais-afetados-pela-covid-19-no-brasil-aponta-ibge.htm. Acesso em: 14 out 2020.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e Classe***.* 1. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

ZERBINATTI, Camila Durães, NOGUEIRA, Isabel Porto e PEDRO, Joana Maria. **A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais**. In: *Descentrada*, 2 (1), e034, 2018.